

Ano XX nº 6089 – 08 de julho de 2019

Bancários devem votar não ao trabalho aos finais de semana



Os bancários de todo o Brasil devem se mobilizar contra o trabalho aos sábados. O página do Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br/ecidadania>) está fazendo uma pesquisa sobre o apoio da população à Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (MP881), que permite o trabalho bancário aos finais de semana. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) orienta os trabalhadores a entrarem na pesquisa e votarem não.

Até a década de 1930, os bancários tinham uma jornada superior a oito horas. A categoria sofria com altos índices de adoecimento. As mais comuns eram a tuberculose e a neurose.

Nos bancos os cofres eram dois andares abaixo do piso da agência. Neste ambiente, sem ventilação adequada, ficavam junto ao dinheiro. As notas, que passavam de mão em mão, carregavam com elas os bacilos da tuberculose.

Os bancários fizeram uma grande campanha em defesa do horário higiênico. O objetivo era o de reduzir o tempo de exposição ao dinheiro. Médicos sanitaristas fizeram laudos atestando a necessidade da redução da exposição ao dinheiro.

Ameaçaram entrar em greve geral e, em novembro de 1933, o governo Getúlio Vargas acabou cedendo e assinou a lei de seis horas. No princípio, apenas para os bancários que trabalhavam nas agências. Em 1957, abrangeu todos os trabalhadores do sistema bancário.

O mesmo fato levou à conquista, em 1934, da aposentadoria após 30 anos de serviço, a estabilidade após dois anos de trabalho e a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Foi a primeira experiência de instituto de aposentadoria, que resultaria no INPS, o IAPAS e o atual INSS. O IAPB cobria previdência e seguridade (aposentadoria, pensões e saúde) e tinha hospitais e sanatórios para acolher os bancários adoecidos.

Hoje as doenças mentais persistem na categoria. Esse tipo de adoecimento é o campeão negativo entre a categoria, superando as LER/Dorts. Como no passado, elas são ocasionadas devido ao estresse pelo que passa a categoria. Além da obrigatoriedade de cumprimento de metas, abusivas, que não são definidas com a participação dos trabalhadores, estudo apontam que, são nas horas finais, quando os trabalhadores estão mais cansados, que ocorrem mais erros.

Adiada votação do projeto que suspende efeitos do CGPAR

O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 956/2018, da Deputada Érika Kokay (PT), que tem por objetivo suspender, na sua integralidade, os efeitos da Resolução nº 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que "Estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados", não foi votado na quarta-feira (3/7).

Depois de ser incluído na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) a esperança era que ele fosse aprovado, principalmente depois da manifestação pela aprovação, proferida pelo do relator do projeto, deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ).

Porém, o deputado Gilson Marques (Novo-SC) pediu vista da matéria, o que significa que a proposição não deverá entrar em pauta na próxima sessão da comissão. No entanto, poderá ser pautada na sessão subsequente.

DELEGADO SINDICAL DA CAIXA

Terminou na última sexta-feira, 15/07, o prazo para inscrição à eleição para Representante Sindical de Base (Delegado Sindical) da Caixa Econômica Federal.

Infelizmente não tivemos candidatos inscritos e, por esse motivo, não teremos eleição nesse ano.